

1 Reunião do dia: 25 de Junho de 2009.

2 Horário: 8:30 às 13:00 horas

3 Local: SESA

4 **Membros presentes:** Débora Cristina da Silva – CRMV, José Carlos Nogueira – Sindaúde, José
5 Luiz Nishihara Pinto – SESA, Rosana Vicente Gnipper – Ecoforça, Rosana Ribeiro dos Santos –
6 SVS/DEVE/SESA, Suely Vidigal – SESA, Valdir Donizete de Moraes – Ecoforça.

7

8

8 **DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:**

9

10 Rosana deu início à reunião apresentando o levantamento das presenças e das faltas, dos últimos
11 06 (seis) meses, dos membros representantes das entidades que participam da Comissão e
12 reafirmou a importância da participação das entidades no processo de continuidade dos trabalhos,
13 haja vista que algumas entidades faltosas não indicaram outros representantes para a substituição.
14 A comissão solicita, então, que as entidades cujos indicados não estejam se fazendo presentes às
15 reuniões sejam comunicadas para que indiquem outros representantes.

16

17 Outro assunto discutido foi sobre a realização da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental –
18 etapa estadual, onde houve várias indagações. Uma delas foi a de quem fará a organização SESA,
19 SEDU ou SEMA? Outra indagação foi a de onde acontecerá e quais os critérios para a realização
20 desta conferência nas etapas regionais e se estas acontecerão. Rosana informa que ainda não se
21 tem essas definições justamente porque ainda se está compondo a COE-Comissão Organizadora
22 Estadual definitiva com membros indicados pelos Conselhos (CES/CEMA/CONCIDADES), uma vez
23 que pela primeira vez organiza-se uma Conferência com 03 setores: saúde, meio ambiente e
24 cidades. E que será preciso ainda que os secretários envolvidos (SESA/SEMA/SEDU) tomem a
25 iniciativa de chamar a Conferência, indicando representantes das Secretarias para comporem a
26 COE, para daí as decisões poderem ser tomadas.

27

28 Rosana informa ainda que, por sua sugestão, acatada pela Comissão Provisória, se amplie os
29 membros da Comissão Organizadora, para que esta fique mais representativa em relação aos
30 segmentos da sociedade que compõem os Conselhos envolvidos. Para tanto os Conselhos
31 (CES/CEMA/CONCIDADES) deverão indicar 05 membros titulares e 05 suplentes (e não mais
32 somente 02). Pondera que, como havia sido aprovado pela plenária ordinária do mês passado, a
33 Comissão de VS/MA indicaria entre seus membros os representantes do CES na referida Comissão
34 Organizadora.

35

36 Rosana expõe a dificuldade que teremos para fazer essa indicação pelo fato de termos somente
37 duas entidades que têm participado efetivamente das reuniões da Comissão de VS/MA cujos
38 membros são conselheiros (são elas o CRMV e Ecoforça), sendo que as outras entidades embora
39 sejam entidades conselheiras (Pastoral da Criança, SindiSaúde, CRF), seus representantes na
40 Comissão do CES não o são. Ficou acordado, então, que será levado este assunto para a plenária
41 decidir, sendo que a Comissão faz a sugestão de que sejam indicados os membros da Comissão
42 para comporem a COE, mesmo sem serem conselheiros, uma vez que suas entidades o são.
43 Rosana ainda informa que a data indicada pela COE e aprovada pelo CES para a realização da
44 Conferência Estadual poderá ser alterada e levará uma nova sugestão de data para conhecimento
45 da plenária, a pedido da COE provisória.

46

1 Outra discussão foi sobre saúde alimentar nas escolas e a aprovação recente de um projeto de
2 autoria do deputado Luiz Eduardo Cheida sobre obrigatoriedade das refeições escolares serem
3 feitas somente com alimentos orgânicos, além da importância de se estabelecer um plano piloto de
4 incentivo à produção de produtos orgânicos e também a importância de campanhas direcionadas a
5 população em geral mostrando os benefícios de uma alimentação sem agrotóxicos e sem
6 conservantes.

7
8 O último assunto discutido foi o **Relatório de Gestão de 2008**. Esta discussão teve início com a
9 fala de José Carlos Nogueira, representante do SindSaúde, que relata que está em desacordo com
10 o relatório apresentado devido a dúvidas nas seguintes questões:

- 11
12 1) O relatório tem dados insuficientes quando comparado com o Plano Estadual de Saúde (pgs 136
13 e 137 do Plano Estadual).
14 2) O relatório aponta percentuais sem análise mais detalhada.
15 3) falta dados de algumas metas anuais estabelecidas no Plano de Saúde (pg 137 do Plano
16 Estadual).
17 4) Há mudanças de terminologia que dificultam a compreensão dos dados apresentados.
18 5) A dificuldade de compreensão dos dados (percentuais) porque estes dados apresentam-se soltos
19 sem a análise qualitativa.

20
21 José Carlos lembra que o papel do Estado é fiscalizar, coordenar, planejar e acompanhar as ações
22 dos municípios e salienta que isto está previsto em lei (lei 8080/90) e que esta não está sendo
23 cumprida. Pelo exposto o SindSaúde não aprova o Relatório de Gestão até porque reconhece que a
24 VISA deveria ser um eixo de prioridade do SUS/SESA porque é a base da saúde pública(lei
25 8080/90).

26
27 Suely Vidigal esclarece que algumas metas do item 24 do Relatório de Gestão (prevenir, eliminar ou
28 minimizar o risco sanitário a que está exposta a população, em decorrência do consumo de bens e
29 serviços) não foram atingidas devido a deficiência de recurso humano. A meta nº 2 não foi atingida
30 porque priorizou-se a capacitação nos municípios e não para os profissionais de VS do estado.
31 Quanto ao item 10 parece haver um erro nos dados, que Suely ficou de encaminhar na próxima
32 reunião.

33
34 Quanto ao item 12 do Relatório (manter e aprimorar a vigilância epidemiológica e o controle de
35 zoonoses e doenças transmitidas por vetores) discutiu-se a necessidade de se ter atingido a meta
36 em 100%, ou seja, nos 259 municípios apontados e não apenas em 221 (85,33%), o que somado à
37 informação de que o Plano de Contingência ainda estava sendo implantado (item III) deixou os
38 membros da Comissão preocupados.

39
40 Em relação ao item 2 (implantar a vigilância epidemiológica das doenças não transmissíveis –
41 DANTS – especialmente ações de vigilância e prevenção de violências e acidentes) verificou-se que
42 foi implantada vigilância de DANTS em apenas 50% das RS (item "a") não atingindo a meta de
43 100%, além do que a meta de 15% das RS com publicação sobre DANTS no que se refere a
44 violência ou acidentes (ou seja, em apenas 03 das 22 RS) não foi cumprida (0 de 3 RS).

1 **PARECER DA COMISSÃO COM RELAÇÃO AO PLANO DE RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2008.**
2 Muitas das informações contidas no relatório foram satisfatórias, porém algumas informações, do
3 modo como foram apresentadas, trouxeram mais dúvidas do que esclarecimentos. A comissão
4 entendeu que as informações apresentadas eram mais quantitativas do que qualitativas.
5 Reconhecendo o esforço e o trabalho dos servidores da SESA para a elaboração e implantação do
6 Plano de Saúde, decide pela **não aprovação** devido a algumas metas não terem sido atingidas e
7 por não apresentarem dados qualitativos.

8

9

ENCAMINHAMENTOS:

10

11

- A Comissão solicita à Secretaria Executiva que encaminhe ofício às entidades que têm tido faltas
12 freqüentes para que estimulem a presença com assiduidade de seus membros indicados para
13 representá-los nos trabalhos da Comissão, além da presença nas reuniões em eventos chamados
14 pelo próprio CES; ou que os substituam caso não haja mais interesse dessas pessoas na
15 continuidade dos trabalhos.

16